

INTERNACIONAL

Japão acena com mais US\$ 35 bilhões

Este é o valor do novo pacote de créditos para aliviar o 3º Mundo

TÓQUIO — O governo japonês anunciou ontem que decidiu acrescentar US\$ 35 bilhões ao seu programa de ajuda aos países do Terceiro Mundo, numa iniciativa destinada a aliviar a crise do endividamento externo das nações em desenvolvimento. Num comunicado divulgado no final da tarde, um porta-voz do primeiro-ministro Sosuke Uno adiantou que o novo pacote de créditos é uma ampliação do programa de conversão dos gigantescos superávits comerciais japoneses em recursos para as nações menos desenvolvidas, lançado pela primeira vez em 1987 pelo então chefe do governo, Yasuhiro Nakasone. “Vamos prolongar até 1992 esse plano, que deveria expirar no final do próximo ano”, afirmou o porta-voz governamental. Ele acrescentou que, para cobrir esses dois anos adicionais de ajuda, o país está disposto a empregar mais US\$ 35 bilhões, além dos US\$ 30 bilhões já em andamento, a cargo da iniciativa anterior.

O anúncio formal desse novo pacote de créditos japoneses será feito durante a reunião dos sete países mais industrializados,

A chave está com o FMI

O Brasil só poderá se candidatar ao novo plano japonês de ajuda aos endividados se firmar um acordo com o FMI. A falta da assinatura com o Fundo, aliás, impede a liberação de quase US\$ 2 bilhões do Fundo Nakasone já destinados ao País. Quando esteve em Tóquio, em fevereiro, para os funerais do imperador Hiroito, o presidente José Sarney recebeu a promessa do dinheiro novo ao Brasil do então primeiro-ministro japonês, Noboru Takeshita. No final de março, uma missão oficial japonesa anunciou, em Brasília, a liberação de US\$ 1.433 bilhão

para sete projetos brasileiros. Ficaram no papel, sem verbas externas, os programas de irrigação do Nordeste e de Jaíba (MG), um de eletrificação rural, em Goiás, e os de desenvolvimento do porto de Santos, do trem urbano de Fortaleza, a termelétrica de Paulínia, além de um empréstimo bancário ao Banco do Brasil e BNDES. O Fundo Nakasone destinou originalmente US\$ 20 bilhões aos países mais pobres em dificuldades econômicas. Em 88, Takeshita, que substituiu Nakasone, ampliou essa ajuda aos endividados para US\$ 30 bilhões.

o chamado G-7 — que além do Japão, inclui os Estados Unidos, Canadá, Itália, Grã-Bretanha, França e Alemanha Ocidental —, sexta-feira, em Paris. “Espero sinceramente que a extensão do programa de reciclagem de capitais japoneses contribua para aliviar as dificuldades sócio-econômicas dos países em desenvolvimento”, afirmou Uno, no comunicado oficial.

PLANO BRADY

De acordo com informações ainda extra-oficiais, o novo programa japonês se dividirá em três

grandes blocos de ajuda. O primeiro vai pôr US\$ 13,5 bilhões à disposição do Banco de Exportação e Importação (Eximbank) para aplicações nas nações escolhidas. O segundo colocará o equivalente a US\$ 7 bilhões em créditos oficiais via agência governamental, o Fundo de Cooperação Econômica Exterior (OECF). O terceiro, com os restantes US\$ 14,5 bilhões, será deixado pelo governo japonês a cargo das grandes instituições multilaterais de crédito, como o Fundo Monetário Internacional

(FMI) e o Banco Mundial (Bird).

“Dos novos recursos de US\$ 35 bilhões, mais de US\$ 10 bilhões serão aplicados para dar apoio ao Plano Brady (idealizado pelo secretário do Tesouro norte-americano, Nicholas Brady, para reduzir os débitos terceiro-mundistas e repartir prejuízos entre credores e devedores)”, afirmou um funcionário do Ministério das Finanças japonês. Ele acrescentou que também continua de pé a promessa japonesa, feita em abril, segundo a qual o Eximbank reservará US\$ 4,5 bilhões, em empréstimos paralelos no FMI, para dar respaldo ao Plano Brady.

Do programa original de US\$ 30 bilhões iniciado em 1987, os funcionários do governo japonês afirmaram que 94% já estão comprometidos com projetos em nações em desenvolvimento. Eles assinalaram, entretanto, que apenas 47% dos recursos foram efetivamente desembolsados. Os funcionários japoneses destacaram ainda que, além do aval do Bird e do FMI para o desembolso dos créditos, as autoridades financeiras do país estão agora levando em consideração aspectos ecológicos para liberar os fundos. “Principalmente nos chamados créditos oficiais que chegam aos países em desenvolvimento por intermédio da OECF”, advertiram.



Uno, o primeiro-ministro: “Vamos reciclar dólares”